Acits e CDL são alvos de reclamações

TANGARÁ DA SERRA

Empresários divergem sobre liberação geral do comércio

Redação DS

Com o fechamento do comércio em Tangará da Serra desde o dia 20 de março por força de Decretos Municipais relacionados ao Covid-19, inúmeras são as manifestações que começam aparecer em grupos distintos de empresários, especialmente em grupos fechados nas redes sociais e em muitas vezes com opiniões divergentes sobre atitudes que devem ser tomadas pelos seus representantes e pelo Poder Público.

A única convergência existente entre todos é que o comércio deve abrir plenamente, verificando-se sempre os cuidados sanitários para evitar a proliferação do vírus entre os tangaraenses. Mas em meio a isso tudo, as entidades que defendem a classe empresarial começam também a receber críticas relacionadas a sua forma de atuar em relação ao problema.

Um grupo que reúne 236 empresários garante que está se preparando para criar uma associação mais atuante ou mesmo montar chapa para concorrer dentro da Associação Comercial. Recentemente o grupo protocolou junto ao Ministério Público e Executivo Municipal uma petição para abertura do comércio e também organizou uma carreata na cidade com a mesma finalidade. Na quinta-feira, 9, também protocolaram documento no Legislativo Municipal pedindo apoio dos vereadores. "Nossa reclamação com Acits e CDL é que até a realização da carreata eles não haviam se manifestado, fazendo somente depois disso através de mandado de segurança que teve seu pleito liminar negado. Entendemos que as entidades deveriam ter contestado, recorrido e não esperado a decisão do mérito", garante um dos integrantes do grupo.

O presidente da Câmara de Diretores Lojistas (CDL) de Tangará da Serra, Alessandro Chaves, disse que as decisões da entidade são tomadas pela diretoria depois de ouvir alguns associados e o trabalho vem sendo realizado com o objetivo de ajudar todos seus associados. Também manifestou o interesse de receber a todos que tiverem opiniões diferentes para dialogar.

Já o presidente da Associação Comercial e Empresarial de Tangará da Serra (Acits), José Rocha Junior, anunciou que a entidade realiza pleitos junto ao Executivo Municipal desde o dia 20 de março, antes mesmo da expedição do primeiro Decreto Municipal e que, procurado pelo grupo, abriu espaço para participação de representante em reunião de diretoria da entidade e continua de portas abertas para ouvi-los, mas em grupo reduzido, uma vez que não pode haver aglomerações.

FECHADOS

Restaurantes e bares de Tangará afirmam que não suportarão a falta de clientes

"Situação é crítica, beirando o desespero", desabafa empresário

FABÍOLA TORMES / Redação DS

O avanço da pandemia de Coronavírus (Covid-19) pelo Brasil e a necessidade de isolamento social afetaram a economia brasileira. Como reflexo, demissões e muitas falências em todos os setores.

Nos setores de Turismo e Hospitalidade, por exemplo, conforme a Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA) estima a falência de 10% dos hotéis, enquanto a Confederação Nacional do Turismo (CNTur) estima que 30% dos restaurantes e similares em toda a rede brasileira não suportarão a falta de clientes, totalizando cerca de 200 mil estabelecimentos fechando as portas, gerando uma onda maciça de desemprego num curto espaço de tempo.

Em Tangará da Serra o cenário é o mesmo. "Situação é crítica, beirando o desespero", desabafa dono de restaurante que há quase 30 dias trabalha somente com entregas. "Com essa situação só do delivery estamos faturando 15% do faturamento do mês normal. Isso não cobre nada, nada, mesmo pegando todas essas ajudas e facilidades que o Governo está proporcionando, de folha de pagamento e tal (...) mesmo assim o prejuízo é gigantesco".

Quem também amarga os prejuízos é o empresário Hugo Martines, do Restaurante Rapidão Grill. Ele afirma que desde o primeiro Decreto Municipal está acatando todas as normas estabelecidas, porém a cada dia fica mais insustentável manter o funcionamento e honrar com as despesas, inclusive pagamento de funcionários.

Não bastasse a situação vivida há dias, nesta segunda-feira, 13, um novo decreto autorizou o retorno dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços no município, com exceção a bares, restaurantes e lanchonetes que permanecem somente com delivery; assim como o camelódromo; academias e autoescolas. "Penso que se abrirmos e respeitarmos as regras, não mudará em nada os riscos e muito menos casos de contágio".

Bares e restaurantes seguem sem atendimento ao público

"Tenho 23 funcionários registrados, não quero demitir, mas se perdurar mais um tempo não vai ter jeito. Terei que parar até com delivery porque não se paga. Simplesmente estou ali para terem o que fazer um pouco e tentar pagar um salário mínimo para eles", completa o outro empresário, ao pedir o retorno das atividades, com cumprimento das medidas sanitárias e de higiene necessárias. "Mas tem que voltar, porque senão a tendência é falência, desemprego. É realmente desesperador".